

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 709

**AS MUDANÇAS DA POBREZA E
DA DESIGUALDADE CARIOCAS
NA DÉCADA DE 90***

Marcelo Neri**

Rio de Janeiro, fevereiro de 2000

* Esta pesquisa foi financiada pela Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer a excelente assistência de pesquisa desempenhada por Alexandre Pinto e Mabel Nascimento e os comentários de André Urani. Os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

Diretoria

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais dos países. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (21) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (61) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - A EVOLUÇÃO RECENTE DO BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL METROPOLITANO	2
3 - A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA CARIOCA	5
3.1 - Uma Fotografia	5
3.2 - As Mudanças Recentes da Distribuição de Renda	6
4 - A EVOLUÇÃO RECENTE DA POBREZA NO RIO.....	7
5 - UM PERFIL DOS POBRES CARIOCAS COM BASE NA PNAD.....	11
6 - SALÁRIO MÍNIMO E INDICADORES SOCIAIS CARIOCAS	16
7 - CONCLUSÕES.....	19
BIBLIOGRAFIA	21

RESUMO

Este artigo avalia as mudanças recentes ocorridas no nível de renda, na desigualdade e na pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro. A análise revela que a queda notada nos indicadores de pobreza e de desigualdade cariocas durante os últimos cinco anos foi superior à observada no caso brasileiro como um todo. Em particular, enquanto a queda de desigualdade observada a partir de 1994 para o conjunto das principais regiões metropolitanas não foi suficiente para recuperar o nível atingido em 1993, no caso carioca a queda observada foi suficiente para levar a desigualdade aos níveis mais baixos em relação à série histórica de médias anuais (incluindo 1986). O grau de desigualdade de renda domiciliar carioca, que historicamente superava as demais regiões, hoje se encontra em níveis mais baixos.

ABSTRACT

This paper evaluates the recent changes in poverty and inequality observed in Rio de Janeiro Metropolitan city during the 1990's.

1 - INTRODUÇÃO

Diversos artigos têm revelado uma melhora nos indicadores sociais baseados em renda do trabalho a partir do lançamento do Plano Real. Entretanto, pouco se tem discutido sobre como essa melhora se distribuiu espacialmente ao longo do território brasileiro.

Este artigo avalia as mudanças recentes ocorridas no nível de renda, na desigualdade e na pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro. A análise revela que a queda notada nos indicadores de pobreza e de desigualdade cariocas durante os últimos cinco anos foi superior à observada no caso brasileiro como um todo. Em particular, enquanto a queda de desigualdade observada a partir de 1994 para o conjunto das principais regiões metropolitanas não foi suficiente para recuperar o nível atingido em 1993, no caso carioca a queda observada foi suficiente para levar a desigualdade aos níveis mais baixos em relação à série histórica de médias anuais (incluindo 1986). O grau de desigualdade de renda domiciliar carioca, que historicamente superava as demais regiões, hoje se encontra em níveis mais baixos.

Uma análise empírica mais detalhada demonstra que uma significativa parcela da queda da pobreza e da desigualdade observada após o lançamento do real foi contemporânea ao reajuste de 42,86% concedido ao salário mínimo em maio de 1995. Mais especificamente, observamos uma sensibilidade da pobreza e da desigualdade cariocas em relação ao salário mínimo nacional bem acima da média das demais regiões metropolitanas.

A análise, no entanto, não se propõe a identificar se o melhor desempenho relativo da região metropolitana do Rio de Janeiro em relação às demais deve-se às iniciativas públicas e privadas em nível local, à melhor capacidade da região metropolitana do Rio de Janeiro de processar choques em nível agregado como o aumento do salário mínimo nacional, ou então, ao próprio lançamento do Plano Real.

O artigo está organizado da seguinte forma: a Seção 2 descreve a evolução recente do nível, da distribuição de renda e da pobreza na média das seis principais regiões metropolitanas brasileiras. O objetivo dessa seção é apresentar um “pano de fundo” para a análise do caso da região metropolitana do Rio de Janeiro. A Seção 3 descreve a evolução do nível e da distribuição de renda cariocas. A Seção 4 sintetiza essas mudanças no nível de renda e na desigualdade através de alguns indicadores de pobreza. A Seção 5 apresenta um perfil da pobreza por características dos chefes de domicílio. A Seção 6 analisa a evolução recente desses indicadores sociais à luz dos reajustes concedidos ao salário mínimo. A Seção 7 apresenta as principais conclusões.

2 - A EVOLUÇÃO RECENTE DO BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL METROPOLITANO

Esta seção descreve a evolução do nível e da distribuição de renda no Brasil metropolitano procurando formar um “pano de fundo” para a análise do caso carioca. Inicialmente, é interessante tecer algumas considerações metodológicas. Em primeiro lugar, a disponibilidade de informações mensais construídas a partir da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) nos permite trabalhar com médias anuais, o que evita problemas de mudanças de sazonalidade além de permitir uma análise detalhada da dinâmica do processo. A principal restrição da PME está na abrangência do conceito de renda utilizado: usamos apenas a renda proveniente do trabalho. Por outro lado, como a nossa unidade básica de análise é a renda domiciliar *per capita* (isto é, a soma das rendas de todas as pessoas da família dividida pelo número de membros), os nossos resultados refletem as mudanças ocorridas tanto no desemprego como no trabalho precário.

As duas primeiras linhas da Tabela 1 resumem a evolução na década de 90 da desigualdade da renda medida pela proporção apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 50% mais pobres: após aumentar consistentemente desde 1960, a desigualdade registra forte declínio em 1990 e 1991 e eleva-se em 1992, 1993 e 1994 como fruto da aceleração inflacionária observada. Com o advento da estabilização, a desigualdade volta a declinar em 1995. Em 1996, observamos a manutenção do *status quo* da desigualdade de renda. Apesar desta melhora recente, a renda brasileira do trabalho apresenta-se ainda mais concentrada hoje do que em 1993.

Tabela 1

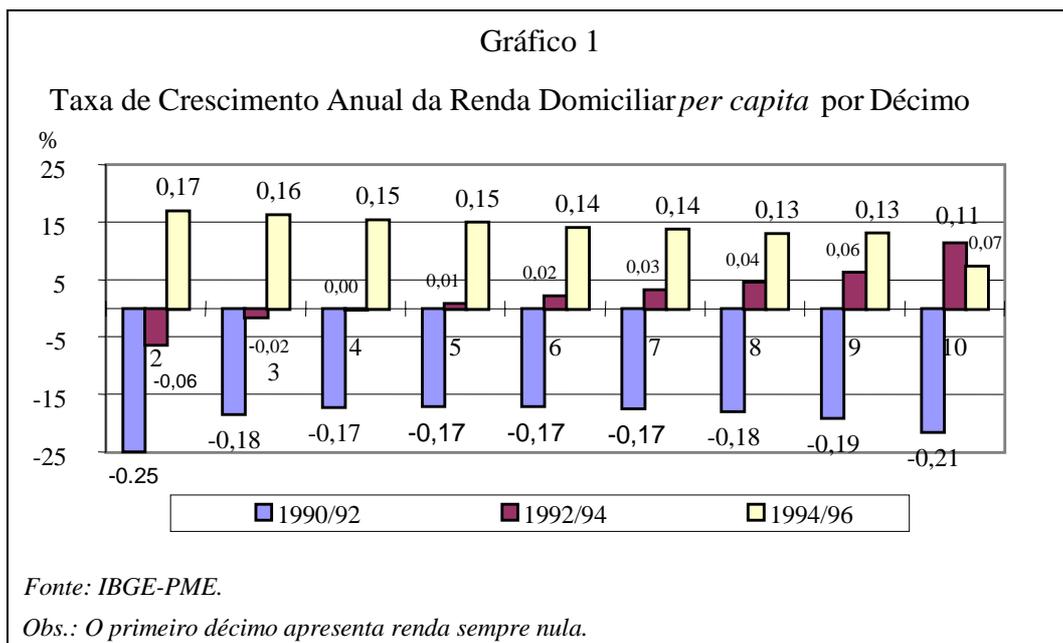
Evolução da Desigualdade, do Crescimento e da Pobreza nas Seis Principais Regiões Metropolitanas — 1990/96

	(Em %)						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Parcela da Renda dos 50% mais Pobres	12,7	13,6	13,1	12,5	11,3	12,2	12,3
Parcela da Renda dos 20% mais Ricos	62,9	60,9	61,1	62,1	64,7	62,6	62,5
Crescimento do PIB <i>per capita</i> ^a	-5,9	-1,3	-2,4	2,6	4,4	2,8	1,7
Proporção de Pobres	22,6	25,5	32,2	32,1	33,4	27,8	25,1

Fonte: IBGE-PME, médias anuais.

^a Elaboração: IPEA-DIPES. Série ajustada pelo novo sistema de Contas Nacionais (dezembro de 1997) do IBGE.

A desigualdade de renda é, entretanto, apenas um dos determinantes do nível de bem-estar social, a ela devemos acrescentar informações sobre o ritmo de crescimento da economia. O Gráfico 1 complementa a análise através da evolução da taxa de crescimento anual da renda *per capita* de diferentes décimos da distribuição nos períodos 1990/92, 1992/94 e 1994/96.



No primeiro período, correspondente ao Governo Collor, observamos uma espécie de milagre econômico dos anos 60 às avessas: perda para todos os décimos da distribuição, de forma que, a despeito da mencionada melhora da desigualdade de renda, podemos inequivocamente afirmar que houve uma deterioração do nível de bem-estar social.

No período 1992/94, correspondente ao Governo Itamar Franco, observamos o caráter concentrador de renda que a alta inflação é capaz de ter. Apesar do crescimento econômico observado nesses anos, as camadas mais pobres da população experimentaram reduções de renda absolutas. À medida que caminhamos da cauda inferior para a superior da distribuição de renda, observamos incrementos do nível de renda familiar paulatinamente maiores, o que parece indicar a capacidade das camadas mais abastadas da população de se defenderem da alta inflação e se apropriarem dos frutos do processo de crescimento econômico mesmo que a variável renda reflita apenas a renda do trabalho.

O período 1994/96, equivalente às mudanças observadas nos dois primeiros anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, reverteu a direção do processo cumulativo de concentração de renda até então observado: os décimos mais baixos da distribuição de renda que experimentaram as maiores quedas no período de inflação ascendente passam a apresentar os maiores ganhos de renda e, à medida que caminhamos em direção à cauda superior da distribuição, os incrementos de renda vão paulatinamente se reduzindo. Como todos os décimos da distribuição apresentam ganhos absolutos, podemos afirmar que houve uma melhora inequívoca do bem-estar social.

Os dois últimos anos registraram uma fase mais ou menos inédita da história brasileira estatisticamente documentada, pois observamos um processo de crescimento econômico com redistribuição de renda. Este período se comporta como a imagem do espelho da década “perdida” de 80, quando perdemos nas duas frentes. Essas observações nos remetem ao debate sobre distribuição de renda ocorrida nos anos 70: a conjugação de um processo de crescimento econômico com concentração de renda, que caracterizou o chamado milagre econômico brasileiro, gerou controvérsias sobre a evolução do nível de bem-estar social.

Esta questão foi recentemente revisitada no já clássico de Barros e Mendonça (1995) que, utilizando o conceito de dominância estocástica, demonstra que, apesar do movimento antagônico do nível e da desigualdade de renda durante a fase do milagre, houve uma melhora do bem-estar social. Em outras palavras, como o nível absoluto de renda subiu em todos os décimos da distribuição, pode-se afirmar que houve um ganho de bem-estar.

No caso do período pós-Real, conforme vimos, tanto critérios mais tênues, ou seja, melhora absoluta de renda de todos os décimos da distribuição (condição de dominância estocástica), quanto condições mais restritivas, como a simultaneidade de aumento da renda *per capita* e de redução da desigualdade, nos permitem afirmar que ocorreu uma melhora inequívoca do nível de bem-estar social.

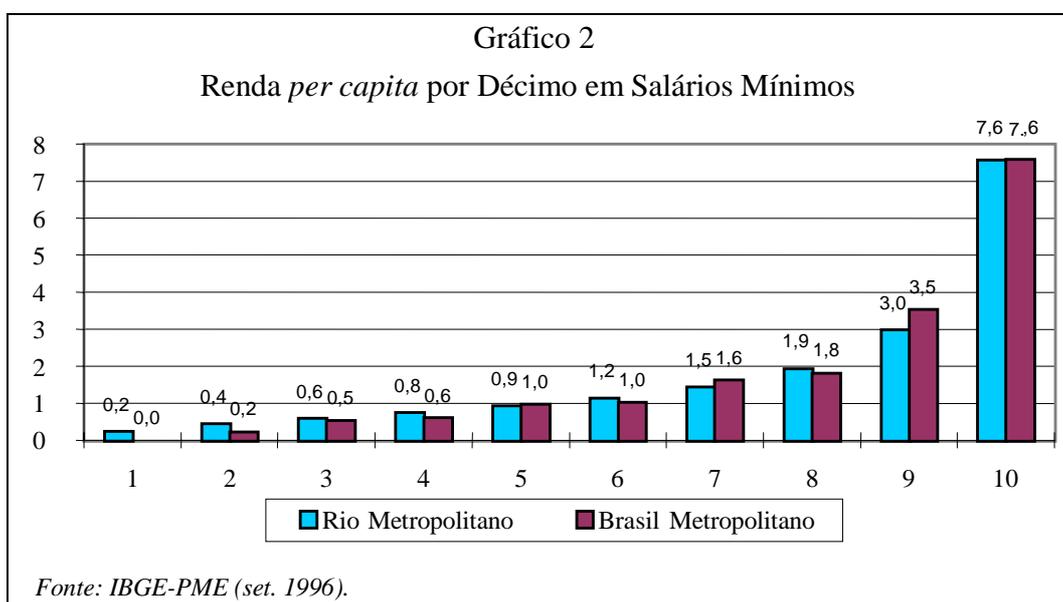
Uma forma alternativa de sintetizar a evolução do nível de renda e da desigualdade num único indicador com vistas ao monitoramento da população-alvo de programas sociais é a contagem do número de indivíduos pobres. Isto é, a avaliação da proporção da população cuja renda familiar seria insuficiente para adquirir uma cesta de bens de consumo capaz de satisfazer as necessidades básicas individuais. Os indicadores de pobreza da Tabela 1 evidenciam um contínuo aumento da proporção de pobres entre 1990 e 1994 seguido de uma melhora nos dois últimos anos. Entre 1995 e 1996, esta proporção de pobres passa de, aproximadamente, 1/3 para 1/4 da população. Em particular, observamos uma queda de 2,7 pontos percentuais do número de pobres metropolitanos em 1996.

O índice de proporção de pobres será utilizado aqui como uma forma reduzida de representar algumas extensões e qualificações sobre a recente evolução da distribuição de renda. Em primeiro lugar, como a análise se restringe à renda do trabalho, deixamos de considerar o efeito da estabilização sobre as perdas incorridas entre os momentos de recebimento e de gasto dos salários. Estimativas conservadoras deste efeito apontam para um ganho nas camadas mais pobres da população desprovidas de mecanismos defensivos contra a incidência do imposto inflacionário de cerca de 10% no momento da estabilização. Este efeito geraria uma redução adicional da proporção de pobres de cerca de 6% em relação às estimativas de pobreza apresentadas na Tabela 1. Na medida em que as camadas mais abastadas da população possuíam um sofisticado sistema de fuga da moeda, as estimativas de melhora da desigualdade de renda no período pós-Real anteriormente citadas também estariam subestimadas.

3 - A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA CARIOCA

3.1 - Uma Fotografia

O Gráfico 2 traça um quadro comparativo da distribuição da renda *per capita* entre a região metropolitana carioca e a média das seis principais regiões metropolitanas brasileiras (incluindo o Rio) em setembro de 1996. Observamos que nos décimos de renda *per capita* positiva mais baixa, a renda média carioca supera a das demais regiões. Esta diferença é especialmente marcante nos primeiros dois décimos. Do quinto ao oitavo décimo da distribuição observamos uma alternância entre as rendas médias dos dois universos analisados.



A diferença de distribuições entre a região metropolitana carioca e a média das seis principais regiões metropolitanas brasileiras é também marcante no nono décimo correspondendo a 16%, mas é praticamente inexistente no décimo mais alto. Como conseqüência, o diferencial de renda média entre o nono e o décimo décimo corresponde a 153% no Rio contra 115% no caso da média das seis principais regiões metropolitanas. Este diferencial de renda entre os décimos consecutivos mais altos é uma peculiaridade da desigualdade brasileira que se apresenta de forma mais protuberante no caso carioca. Como Ricardo Paes de Barros costuma apontar: “a altíssima desigualdade brasileira é explicada mais pela existência de super-ricos do que pelos superpobres”.

Essa distorção distributiva facilita a aplicação de programas redistributivos pela maior focalização dos alvos de incidência de impostos para o financiamento de programas de alívio da pobreza.

3.2 - As Mudanças Recentes da Distribuição de Renda

A duas primeiras linhas da Tabela 2 apresentam a evolução no período 1990/96 da razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos sobre os 50% mais pobres no Rio de Janeiro e no conjunto das regiões metropolitanas cobertas pela PME. Em 1990, a desigualdade do Rio era superior à observada no conjunto das regiões (4,8 contra 4,0). O movimento de redução na desigualdade de renda observado entre 1990 e 1991 apresenta um paralelismo nos dois universos analisados. Entre 1992 e 1994, observamos uma deterioração da distribuição de renda nos dois universos. Note-se que no seu conjunto as alterações observadas entre 1990 e 1994 são mais favoráveis no caso carioca de forma que o diferencial entre as medidas de desigualdades analisadas cai neste período de 0,72 para 0,02.

Tabela 2

A Evolução da Desigualdade e do Nível de Renda: Rio versus Seis Principais Regiões Metropolitanas — 1990/96

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Renda dos +20%/–50% (Brasil Metropolitano)	4.035	3.577	3.591	3.741	4.280	3.838	3.815
Renda dos +20%/–50% (Rio)	4.753	3.751	3.822	3.823	4.301	3.847	3.719
Renda dos +10%/–40% (Rio)	5.286	4.011	4.117	4.131	4.749	4.135	3.946
Taxa de Crescimento da Renda (%)	-4,83	-21,17	-16,59	2,06	5,48	18,41	13,65

Fonte: IBGE-PME.

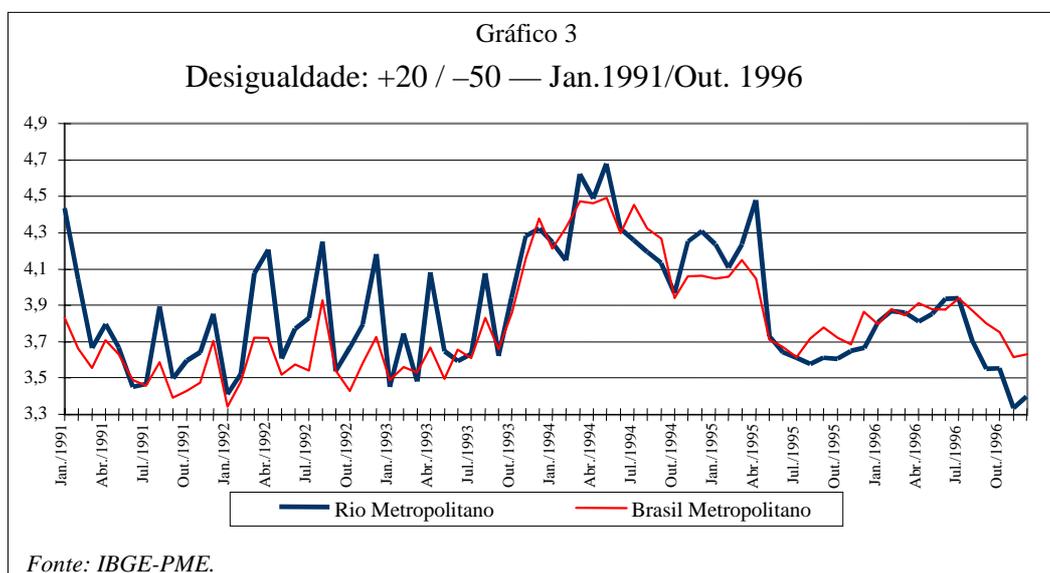
Obs.: Médias anuais – estimativas mensais.

Entre 1994 e 1995, observamos uma forte queda da desigualdade da renda do trabalho distribuída de maneira mais ou menos homogênea nos dois universos analisados. Já nos anos de 1995 e 1996, a desigualdade apresentou uma queda mais aguda na região metropolitana do Rio de Janeiro, de forma que em 1996 a desigualdade carioca encontrava-se abaixo da desigualdade das demais regiões metropolitanas brasileiras, invertendo a situação observada no começo da década.

Note-se que, em contraste com o caso brasileiro metropolitano, a desigualdade carioca encontrava-se em 1996 no ponto mínimo da série histórica. No conjunto das regiões metropolitanas o período pós-Real conseguiu compensar apenas uma parte do incremento de desigualdade criado a partir de 1993. Já no caso carioca, a queda de desigualdade observada no período pós-Real conseguiu reverter por completo a deterioração iniciada em 1991.

O Gráfico 3 apresenta mês a mês a evolução do índice +20/–50 para o Rio de Janeiro e para o conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. Em primeiro lugar, observamos uma volatilidade maior da série carioca, em especial no período de alta inflação que antecedeu o lançamento do Plano Real. Complementarmente, em maio de 1995, observamos uma queda substantiva na desigualdade carioca. Tanto os movimentos oscilatórios das séries como a queda

observada em maio de 1995 parecem estar correlacionados com a trajetória do salário mínimo real. Este ponto será analisado em maior detalhe na Seção 6.



Finalmente, observamos uma queda substantiva da desigualdade carioca a partir de julho de 1996, o que leva a série a níveis inferiores ao observado no conjunto das seis regiões metropolitanas. Esta queda pode estar, a princípio, ligada a algum movimento de ciclo político-econômico vinculado às eleições municipais do final de 1996. Infelizmente, o grau de persistência dessa queda não pode ser inferido pelo gráfico devido à interrupção das séries analisadas.

A terceira linha da Tabela 2 apresenta a evolução da razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres no Rio de Janeiro. Esses resultados são qualitativamente consistentes com todos os resultados do índice +20/-50 comentados anteriormente.

A última linha da Tabela 2 apresenta a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* segundo a PME. Embora a magnitude das variações da renda do trabalho domiciliar anuais não seja equivalente à observada no PIB *per capita*, toda a análise qualitativa dos movimentos cíclicos do PIB brasileiro *per capita* durante a década de 90 analisada na Seção 2 se mantém. Ou seja, há uma forte contração nos três primeiros anos da década, seguida de uma retomada do processo de crescimento econômico daí em diante.

4 - A EVOLUÇÃO RECENTE DA POBREZA NO RIO

O objetivo desta seção é sintetizar a evolução recente do nível de renda e da desigualdade por meio de índices de pobreza absoluta. O cálculo desses índices pode ser dividido em três estágios: em primeiro lugar, fixa-se um valor monetário

correspondente à linha de pobreza — esta é determinada a partir da ligação entre necessidades mínimas de consumo fixadas exogenamente (necessidades calóricas mínimas e de uma relação arbitrada entre despesas de alimentação e outras despesas) com os hábitos de consumo da população local evidenciados a partir de pesquisas de orçamentos familiares. Em segundo lugar, a população é dividida em indivíduos pobres e não-pobres dependendo se a renda familiar *per capita* de cada indivíduo for inferior ou não à linha de pobreza fixada. Nesse sentido, medidas de pobreza podem ser vistas como de bem-estar social truncadas, nas quais os indivíduos abaixo da linha de pobreza são levados em consideração. E, como último passo, se agrega a distância dos pobres em relação à linha de pobreza, de forma a se dar mais ou menos peso aos indivíduos relativamente mais pobres da população.

Os índices de pobreza absoluta guardam, dessa forma, dois aspectos normativos: o valor da linha de pobreza e o critério de agregação dos pobres. No que tange ao segundo aspecto, a nossa opção aqui será trabalhar com os índices de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) utilizando o grau de aversão à pobreza igual a 0, 1 e 2, respectivamente. A fórmula a seguir representa o índice FGT:

$$p^\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{Z - Y_i}{Z} \right)^\alpha \quad (1)$$

onde:

n = número de indivíduos na população;
 q = número de indivíduos abaixo da linha de pobreza;
 Z = linha de pobreza;
 Y_i = renda do indivíduo i ; e
 α = grau de aversão à pobreza.

Note-se que se α é igual a 0, a expressão acima se torna *head-count ratio* (isto é, $p^0 = q/n$). Neste caso, não se capta a intensidade da pobreza. Se o grau de aversão ao risco (α) é 1, então a fórmula do índice FGT dada pela expressão (1) torna-se :

$$p^1 = \frac{q}{n} \frac{(Z - \bar{Y}_p)}{Z} \quad (2)$$

p^1 é um aperfeiçoamento de p^0 desde que este consiga distinguir o indivíduo muito pobre do não tão pobre. O fato é que p^1 é conhecido como o hiato de pobreza, que corresponde ao valor médio da distância dos pobres em relação à linha de pobreza. O inconveniente de p^1 é que este não considera os efeitos na mudança da distribuição entre os pobres, se o valor esperado da renda deste grupo não for afetado; p^2 resolve este problema atribuindo mais peso para os muito pobres na

medida de pobreza agregada calculada. Este último índice corresponde à distância média quadrática dos pobres com respeito à linha de pobreza.

À medida que caminhamos dos índices p^0 ao p^2 , estamos atribuindo um maior peso aos indivíduos mais pobres da população, o que reflete uma mudança de juízo de valor. No índice p^0 , referente à proporção dos pobres, todos os indivíduos situados abaixo da linha de pobreza entram com pesos idênticos. No caso de p^1 , e p^2 , os indivíduos são ponderados de forma proporcional, respectivamente, à distância e ao quadrado da distância de suas rendas *per capita* em relação à linha de pobreza.

O outro aspecto normativo que tem sido objeto de debate recente é o da fixação da linha de pobreza e do seu corolário imediato: a determinação do número de indivíduos pobres. Entretanto, apesar dos aspectos técnicos envolvidos, a fixação da linha de pobreza sempre tem um caráter arbitrário. A opção aqui adotada será trabalhar com duas linhas de pobreza, a fim de testar a robustez das conclusões tiradas a partir de cada um dos três índices de pobreza citados no parágrafo anterior. A linha de pobreza mais baixa corresponde a cerca de R\$ 40 *per capita* para São Paulo a partir de maio de 1996. A linha de pobreza das outras regiões metropolitanas tiveram o seu valor ajustado de acordo com o custo de vida local segundo as estimativas de Rocha (1993). A linha de pobreza mais alta corresponde a três vezes o valor da linha de pobreza mais baixa para cada região.

As Tabelas 3A e 3B apresentam a evolução de médias anuais de índices de pobreza no Brasil metropolitano (incluindo o Rio) e na região metropolitana do Rio de Janeiro, respectivamente. Essas tabelas combinam as três medidas de pobreza calculadas para as duas linhas de pobreza mencionadas perfazendo um total de seis indicadores. Observamos um aumento substantivo dos seis indicadores cariocas de pobreza entre 1990 e 1992 a despeito da redução da desigualdade observada no período. Durante este período observamos a maior recessão carioca da história estatisticamente documentada, como a Tabela 2 ilustrou.

No período 1992/94 os diversos índices de pobreza apresentam tendência a um aumento moderado como resultado da interação entre um aumento brutal da desigualdade combinado com um processo de crescimento da renda *per capita* moderado. A partir de 1994 observamos uma melhora substantiva na pobreza como resultado do forte crescimento econômico e do movimento de redistribuição de renda observados. À semelhança dos índices de desigualdade, a recuperação notada na proporção de pobres foi suficiente para compensar a deterioração observada a partir do começo dessa década. No que tange aos indicadores que captam a intensidade da pobreza, p^1 e p^2 , a melhora dos dois últimos anos não foi suficiente para compensar a deterioração observada desde o começo da década.

Os movimentos dos indicadores de pobreza observados no caso brasileiro seguem as mesmas mudanças qualitativas das notadas no caso carioca. Entretanto, cabe mais uma vez ressaltar que o movimento de alívio de pobreza observado a

partir de 1994 foi insuficiente para recompor os níveis de pobreza vistos no começo da década de 90.

Tabela 3A

Evolução de Diversos Indicadores de Pobreza no Brasil Metropolitano — 1990/96

Índice de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^1	p^1	p^2	p^2
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
1990	0,2261	0,5837	0,1367	0,3272	0,1121	0,2343
1991	0,2552	0,6479	0,1512	0,3689	0,1229	0,2641
1992	0,3221	0,7159	0,1908	0,4325	0,1526	0,3188
1993	0,3231	0,7045	0,1973	0,4304	0,1617	0,3208
1994	0,3343	0,6956	0,2034	0,4326	0,1649	0,3257
1995	0,2782	0,6378	0,1764	0,3788	0,1480	0,2814
1996	0,2514	0,6095	0,1636	0,3530	0,1399	0,2604

Fonte: IBGE-PME.

Tabela 3B

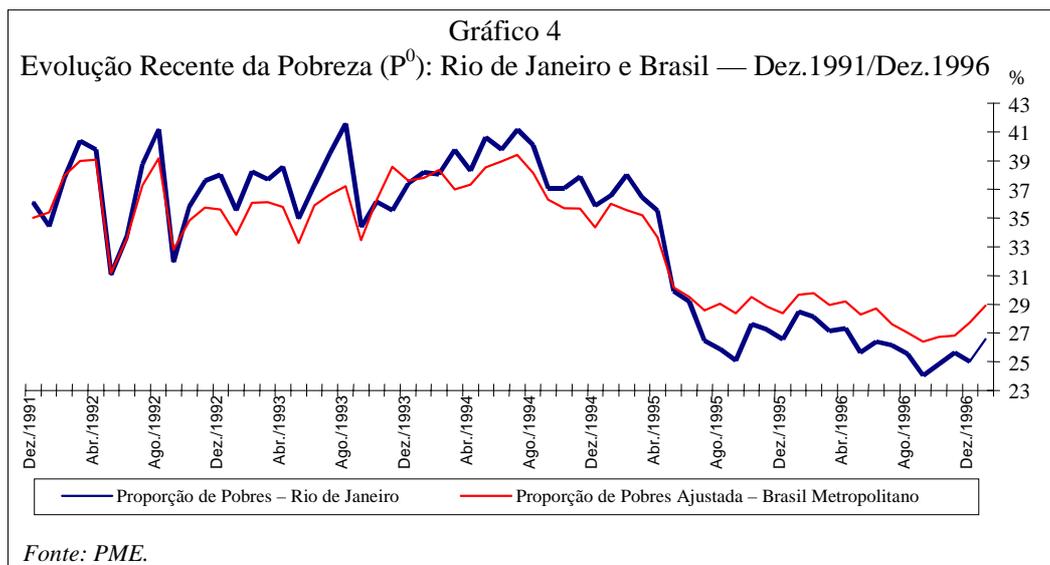
Evolução de Diversos Indicadores de Pobreza no Rio de Janeiro Metropolitano — 1990/96

Índice de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^1	p^1	p^2	p^2
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
1990	0,267	0,654	0,160	0,380	0,131	0,275
1991	0,289	0,712	0,173	0,416	0,142	0,300
1992	0,367	0,770	0,220	0,482	0,178	0,361
1993	0,372	0,771	0,229	0,487	0,190	0,368
1994	0,387	0,763	0,237	0,491	0,195	0,375
1995	0,304	0,694	0,199	0,420	0,170	0,314
1996	0,262	0,648	0,178	0,375	0,157	0,278

Fonte: IBGE-PME.

O Gráfico 4 apresenta a evolução durante o período compreendido entre dezembro de 1991 e dezembro de 1996 da proporção de pobres utilizando a linha mais baixa para o Rio e o Brasil metropolitanos. A série brasileira foi ajustada de forma a possuir a mesma média carioca para todo o período apresentado e assim facilitar as comparações visuais.

O ponto básico a ser assinalado é que a pobreza carioca caiu mais acentuadamente do que a pobreza brasileira no período. Observamos também maior volatilidade da série carioca, em especial no período de alta inflação que antecedeu ao lançamento do Plano Real. Complementarmente, em maio de 1995, observamos uma queda mais substantiva na pobreza carioca. Tanto os movimentos oscilatórios das séries como a queda observada em maio de 1995 parecem estar correlacionados com a trajetória do salário mínimo real. Este ponto será analisado detalhadamente na Seção 6.



5 - UM PERFIL DOS POBRES CARIOCAS COM BASE NA PNAD

A idéia desta seção é fornecer uma fotografia desagregada do *status quo* da pobreza carioca. Uma vantagem da PNAD sobre a PME é incorporar outras fontes de renda além dos rendimentos do trabalho, como pensões, aluguéis e, em menor medida, a renda financeira. A Tabela 4A apresenta um perfil da pobreza em 1995 segundo as características principais dos chefes de domicílio (isto é, gênero, idade, escolaridade, cor, setor de atividade, posição na ocupação, densidade populacional e região).

Cada um dos três índices de pobreza p^0 , p^1 e p^2 , discutidos acima, foram calculados de acordo com três linhas de pobreza correspondentes a 0.5, 1 e 1.5 do valor proposto por Rocha (1993). A análise do comportamento dessas nove medidas de pobreza será centrada na proporção de pobres de acordo com a linha de pobreza proposto por Rocha (isto é, a segunda coluna da tabela). A proporção de pobres (p^0) na região metropolitana do Rio de Janeiro durante 1995 era 25,43%. Os grupos com maior proporção de pobres eram os chefiados por : mulheres (31,5%), famílias jovens (15 a 25 anos, -57,1%), analfabetos (39,8%), negros (33,9%), trabalhadores da construção civil (32,3%), desempregados (68,4%) e empregados sem carteira (38,6%).

A PNAD apresenta algumas desvantagens em relação à PME para analisar o impacto do Plano Real sobre a pobreza, pois a PNAD não foi a campo em 1994 quando o plano foi lançado. A nossa opção foi comparar os perfis de pobreza calculados a partir das PNADs de 1993 e 1995. É importante ter em mente que não captamos o movimento de deterioração observado entre setembro de 1993 (data de aplicação dos questionários da PNAD) e julho de 1994, e nem a sua reversão até setembro de 1995.

A Tabela 4B apresenta a taxa de variação da pobreza ocorrida entre 1993 e 1995 para os mesmos grupos apresentados na Tabela 4A. Esta tabela mostra que entre

Tabela 4A

Perfil da Pobreza do Rio de Janeiro — 1995Universo: Todos os Chefes de Domicílio — Linha de Pobreza^a

Chefe do Domicílio	Indicador de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^0	p^1	p^1	p^1	p^2	p^2	p^2	População Total
		0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	
Total		8,97	25,43	42,17	4,27	10,63	18,38	3,23	6,52	11,07	100,00
Sexo	Homens	7,33	23,67	40,58	3,12	9,21	16,84	2,25	5,27	9,68	77,51
	Mulheres	14,60	31,50	47,64	8,23	15,52	23,68	6,61	10,80	15,83	22,49
Idade	Menos de 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
	15 a 25	27,12	57,09	70,65	17,03	30,10	41,42	14,65	21,72	29,86	4,62
	25 a 45	10,59	30,35	48,51	4,81	12,59	21,56	3,47	7,54	12,99	46,42
	45 a 60	6,34	18,35	34,24	2,77	7,10	13,46	2,05	4,30	7,69	30,89
	Mais de 60	4,67	16,82	32,20	2,20	6,64	12,72	1,69	3,80	7,10	18,06
Escolaridade	0 Ano	13,21	39,84	64,00	5,23	15,90	28,45	3,45	8,98	16,54	8,39
	0 a 4 Anos	12,72	37,42	60,59	4,96	15,39	26,87	3,14	8,74	15,81	14,72
	4 a 8 Anos	11,23	32,41	52,78	5,04	13,26	23,07	3,70	7,96	13,78	31,76
	8 a 12 Anos	6,08	17,69	31,90	3,43	7,30	12,94	2,88	4,76	7,79	32,11
	Mais de 12 Anos	3,61	4,67	6,74	3,07	3,64	4,26	2,90	3,26	3,65	13,03
Cor	Indígena	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
	Branca	6,62	19,70	34,31	3,42	8,06	14,35	2,69	5,02	8,52	59,55
	Preta	12,49	33,95	53,92	5,55	14,47	24,39	4,04	8,76	14,86	40,27
	Amarela	0,00	17,86	17,86	0,00	0,97	6,60	0,00	0,05	2,44	0,16
	Ignorada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Setor de Atividade	Agricultura	4,55	46,97	65,15	0,96	15,91	29,16	0,20	6,31	15,71	0,51
	Indústria	6,46	22,24	37,97	2,00	7,81	15,15	1,02	3,99	8,23	14,70
	Construção	6,70	32,32	56,14	2,24	11,02	22,27	1,30	5,38	11,82	11,54
	Setor Público	3,46	10,85	21,06	1,02	3,95	7,75	0,52	2,09	4,24	13,06
	Serviço	7,62	25,99	43,79	2,39	9,34	17,93	1,30	4,84	9,86	60,20

(continua)

(continuação)

Chefe do Domicílio	Indicador de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^0	p^1	p^1	p^1	p^2	p^2	p^2	População Total
		0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	
Posição na Ocupação	Inativo	51,98	68,40	81,70	36,79	48,57	57,32	33,17	41,18	47,91	3,11
	Desempregado	10,99	23,91	39,54	7,44	12,62	19,04	6,50	9,27	12,96	25,09
	Empregados com Carteira	6,67	26,51	47,12	1,63	8,62	18,08	0,72	4,07	9,36	37,05
	Empregados sem Carteira	12,65	38,64	58,34	3,83	14,56	26,09	1,86	7,58	14,91	10,08
	Conta-Própria	6,80	24,67	41,37	2,55	9,22	16,95	1,43	4,90	9,56	20,06
	Empregador	4,07	8,15	10,81	3,24	5,20	6,83	3,01	4,05	5,18	4,61
	Pública	3,13	11,52	22,62	0,98	4,07	8,40	0,55	2,10	4,46	12,42
Densidade Populacional	Não-Remunerados	17,95	23,08	46,15	11,89	17,02	24,94	10,60	13,94	17,87	0,25
	Rural	2,27	22,73	31,82	2,27	10,19	15,41	2,27	5,44	9,64	0,76
	Urbano	9,02	25,45	42,25	4,29	10,63	18,40	3,24	6,53	11,08	99,24

Fonte: IBGE-PNAD.

^a Ver Rocha (1993).

Tabela 4B

Perfil da Pobreza do Rio de Janeiro — Mudança Total em 1993/95Universo: Todos os Chefes de Domicílio — Linha de Pobreza^a

Chefe do Domicílio	Indicador de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^0	p^1	p^1	p^1	p^2	p^2	p^2	População Total
		0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	
Total		-0,37	-0,34	-0,28	-0,33	-0,37	-0,34	-0,28	-0,35	-0,35	0,00
Sexo	Homens	-0,42	-0,35	-0,28	-0,42	-0,40	-0,35	-0,40	-0,41	-0,38	-0,01
	Mulheres	-0,25	-0,32	-0,26	-0,15	-0,30	-0,30	-0,07	-0,24	-0,29	0,02
Idade	Menos de 15	--	--	--	--	-1,00	-1,00	--	-1,00	-1,00	-0,54
	15 a 25	0,40	0,13	-0,04	0,21	0,17	0,07	0,16	0,19	0,14	0,21
	25 a 45	-0,37	-0,29	-0,22	-0,36	-0,35	-0,30	-0,35	-0,36	-0,33	-0,02
	45 a 60	-0,54	-0,50	-0,38	-0,50	-0,53	-0,48	-0,42	-0,52	-0,51	0,00
	Mais de 60	-0,30	-0,40	-0,35	-0,30	-0,38	-0,38	-0,22	-0,34	-0,37	0,01
Escolaridade	0 Anos	-0,49	-0,33	-0,25	-0,45	-0,40	-0,32	-0,39	-0,42	-0,37	-0,19
	0 a 4 Anos	-0,40	-0,30	-0,19	-0,39	-0,34	-0,28	-0,36	-0,35	-0,32	-0,05
	4 a 8 Anos	-0,32	-0,32	-0,25	-0,31	-0,36	-0,32	-0,27	-0,34	-0,34	0,03
	8 a 12 Anos	-0,26	-0,36	-0,32	-0,21	-0,35	-0,35	-0,18	-0,29	-0,34	0,05
	Mais de 12 Anos	-0,27	-0,30	-0,51	-0,25	-0,26	-0,38	-0,26	-0,26	-0,30	0,04
Cor	Indígena	--	--	-1,00	--	--	-1,00	--	--	-1,00	-0,64
	Branca	-0,39	-0,37	-0,30	-0,35	-0,40	-0,36	-0,32	-0,38	-0,38	0,01
	Preta	-0,34	-0,31	-0,25	-0,30	-0,33	-0,31	-0,23	-0,32	-0,32	-0,02
	Amarela	-1,00	0,16	-0,48	-1,00	-0,91	-0,53	-1,00	-0,99	-0,77	-0,02
	Ignorada	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Setor de Atividade	Agricultura	-0,82	-0,14	-0,11	-0,88	-0,32	-0,18	-0,96	-0,54	-0,31	-0,52
	Indústria	-0,32	-0,38	-0,34	-0,25	-0,40	-0,37	-0,22	-0,37	-0,38	0,00
	Construção	-0,67	-0,41	-0,26	-0,65	-0,50	-0,40	-0,59	-0,55	-0,47	-0,02
	Setor Público	-0,58	-0,57	-0,47	-0,72	-0,60	-0,56	-0,79	-0,64	-0,59	-0,09
	Serviço	-0,40	-0,31	-0,25	-0,46	-0,39	-0,33	-0,47	-0,42	-0,37	0,04

(continua)

(continuação)

Chefe do Domicílio	Indicador de Pobreza Linha de Pobreza	p^0	p^0	p^0	p^1	p^1	p^1	p^2	p^2	p^2	População Total
		0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	
Posição na Ocupação	Inativo	-0,19	-0,15	-0,09	-0,28	-0,23	-0,19	-0,30	-0,26	-0,23	-0,01
	Desempregado	-0,17	-0,32	-0,28	-0,03	-0,24	-0,28	0,07	-0,15	-0,24	-0,01
	Empregados com Carteira	-0,40	-0,31	-0,23	-0,47	-0,40	-0,32	-0,51	-0,43	-0,37	0,03
	Empregados sem Carteira	-0,39	-0,29	-0,19	-0,49	-0,38	-0,29	-0,50	-0,43	-0,35	-0,01
	Conta-Própria	-0,57	-0,44	-0,37	-0,55	-0,48	-0,44	-0,57	-0,51	-0,47	-0,01
	Empregador	-0,45	-0,41	-0,53	0,00	-0,19	-0,35	0,24	-0,06	-0,23	-0,06
	Pública	-0,57	-0,51	-0,42	-0,72	-0,57	-0,50	-0,78	-0,62	-0,55	0,01
Densidade Populacional	Não-Remunerados	-0,35	-0,31	-0,19	1,57	-0,10	-0,03	1,68	0,20	0,02	-0,31
	Rural	-0,74	0,25	-0,38	-0,27	0,22	-0,03	-0,03	0,08	0,10	-0,12
	Urbano	-0,37	-0,34	-0,27	-0,33	-0,37	-0,34	-0,28	-0,36	-0,35	0,00

Fonte: IBGE – PNAD.

^a Ver Rocha (1993).

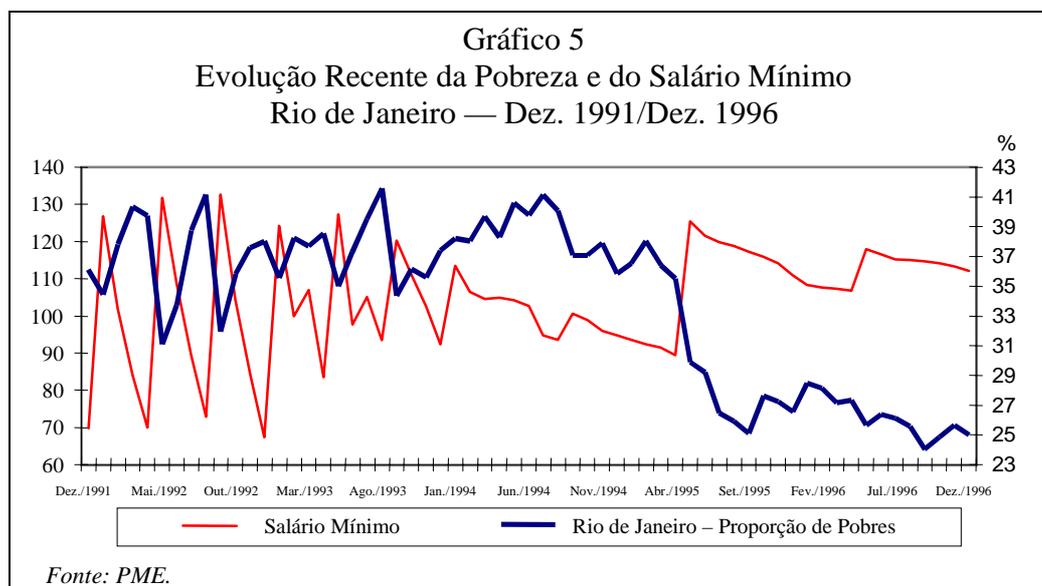
estes dois anos o nível total de pobres caiu (34%); 303 das 315 células de pobreza calculadas (isto é, 35 grupos vezes nove índices de pobreza) apresentaram reduções de pobreza. A exceção mais relevante aconteceu entre as famílias chefiadas por indivíduos que moram na área rural onde houve aumento na pobreza em todos os índices, quando medidos pelo valor original da linha de pobreza de Rocha: p^0 (25%), p^1 (22%) e p^2 (8%). A pobreza caiu mais intensivamente entre os seguintes grupos: famílias mais velhas (45 a 60 anos, 50%), analfabetos (33%), negros (31%), habitantes da área urbana (34%), trabalhadores da construção civil (41%), desempregados (32%) e empregados sem carteira (29%).

6 - SALÁRIO MÍNIMO E INDICADORES SOCIAIS CARIOCAS

Os impactos da estabilização de preços sobre o bem-estar social têm ocupado lugar de destaque na análise da evolução recente da economia brasileira. Em particular, como as últimas seções demonstraram, houve uma melhora significativa nos principais indicadores sociais baseados em renda do trabalho desde o lançamento do Plano Real. Entretanto, uma análise mais atenta da trajetória destes indicadores sociais apresentada nos Gráficos 3 e 4 revela que uma significativa parcela da melhora observada se deu após a adoção de medidas de contenção da demanda agregada em março de 1995. Uma possível explicação para essa trajetória reside na ocorrência de longas defasagens entre as mudanças de política econômica e os seus efeitos sobre o mercado de trabalho. Nessa interpretação a propagação dos benefícios proporcionados pelo lançamento do Plano Real ainda estaria em curso em meados de 1995 quando os efeitos do arrocho monetário e creditício recém-adoptados ainda estariam por vir. Esta seção enfatiza o papel desempenhado neste processo pelos aumentos não-triviais concedidos ao salário mínimo durante o ano posterior ao lançamento do real. A nossa proposição básica é que a análise pura e simples dos efeitos da queda abrupta da taxa de inflação observada não é suficiente para explicar o deslocamento e a dinâmica dos indicadores sociais baseados em renda do trabalho. Empreendemos ao longo da seção uma análise casual (e não causal!) dos movimentos abruptos observados na taxa de inflação, no salário mínimo e nos principais indicadores de pobreza.

O Gráfico 5 evidencia uma sincronia entre aumentos no salário mínimo e reduções nos diversos índices de pobreza. Em primeiro lugar, na época de alta inflação os mínimos locais dos diversos índices de pobreza se encontraram nos meses de reajuste do salário mínimo. Nesta fase inicial as séries temporais dos índices de pobreza apresentam formas serrilhadas estando os dentes de baixo das séries localizados nos meses de janeiro, maio e setembro, quando o salário mínimo era plenamente reajustado com periodicidade quadrimestral. Neste período, observamos também quebras na taxa de crescimento da pobreza nos meses intermediários aos reajustes plenos quando os salários recebiam antecipações bimestrais de 50%. Em janeiro de 1993, em virtude das modificações introduzidas no sistema de reajustes com periodicidade quadrimestral com antecipações bimestrais em função do aumento das antecipações de 50% para 60% e do

também aumento da faixa de cobertura da lei de três para seis salários mínimos, os meses das antecipações bimestrais tornaram-se mais protuberantes. Por fim, a posterior introdução de antecipações mensais a partir de setembro de 1993 e a entrada em vigor da URV em março de 1994 vieram alterar o padrão sazonal das diversas séries. Em particular, o formato em dente de serra das diversas séries de índices de pobreza foi perdido.



A primeira queda mais substantiva observada na pobreza após o lançamento do Plano Real ocorreu em setembro de 1994 quando o salário mínimo foi reajustado de R\$ 64 para R\$ 70, perfazendo um reajuste nominal de 9,4% quando a taxa de inflação estava a 2,1% ao mês. A Tabela 5 evidencia a queda do número de pobres: atinge cerca de 7,5% utilizando a linha de pobreza mais baixa e 2,9% utilizando a linha de pobreza mais alta.

Tabela 5

Variação de Diversos Indicadores de Pobreza e os Meses de Aumento do Salário Mínimo: Rio de Janeiro — Setembro de 1994 e Maio de 1995

Índice de Pobreza Linha de Pobreza	(Em %)					
	p^0 Baixa	p^0 Alta	p^1 Baixa	p^1 Alta	p^2 Baixa	p^2 Alta
Setembro de 1994	-7,47	-2,85	-6,12	-4,00	-5,66	-4,86
Maio de 1995	-15,76	-3,09	-10,82	-7,95	-7,62	-9,49

Fonte : IBGE-PME.

Por último, mas não menos importante, o abono de 42,86% de maio de 1995 dado ao salário mínimo que passou de R\$ 70 para R\$ 100 é contemporâneo a uma substantiva queda observada nos índices de pobreza. Em maio de 1995 a taxa de inflação se encontrava no nível de 2,1% ao mês. De acordo com a Tabela 5, o

número de pobres caiu 15,8% para a linha mais baixa e 3,1% para a linha mais alta entre abril e maio de 1995. Dessa forma, conforme esperado, o salário mínimo parece ter mais impacto na cauda inferior da distribuição de renda. Utilizando a linha de pobreza mais baixa, a mudança observada no número de pobres no mês posterior ao aumento do salário mínimo corresponde a cerca de 1/3 da redução observada nos 15 meses seguintes ao lançamento do Plano Real.

Em termos regionais, observamos que Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram as regiões metropolitanas onde o reajuste do salário mínimo de maio de 1995 foi mais eficaz para reduzir a proporção de indivíduos mais pobres (Tabela 6).

Tabela 6

Varição da Proporção de Pobres depois do Aumento do Salário Mínimo em Maio de 1995

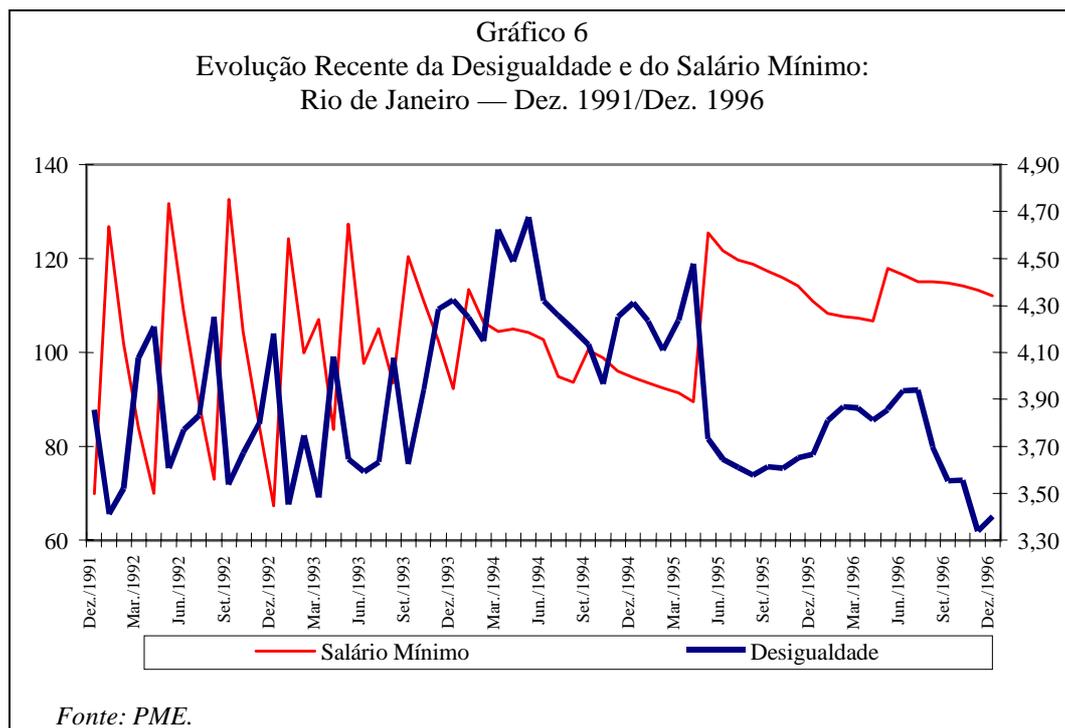
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Recife	Porto Alegre	Salvador
Varição	-4,91	-15,76	-17,12	-7,31	-6,67	-9,07

(Em %)

Fonte: PME.

A análise conjunta dos movimentos do salário mínimo e da pobreza pode ser encarada como uma forma reduzida de se captar uma série de efeitos sobre a cauda inferior da distribuição. Esses efeitos incidiriam ainda sobre os rendimentos dos chefes, dos outros membros do domicílio, o nível de emprego e o grau de precariedade das relações de trabalho. As evidências preliminares apresentadas no Gráfico 5 podem ser divididas em duas fases, pois, durante a época de alta inflação, a maior parte das mudanças do valor real do salário mínimo possuía um caráter transitório. A combinação entre a frequência dos reajustes e o nível da inflação parece influenciar o padrão sazonal das séries dos diversos indicadores de pobreza. No período de inflação baixa as mudanças do valor real do salário mínimo tendem a ter um caráter mais permanente. Em particular, cerca de 60% da queda do número de pobres, observada entre junho de 1994 e setembro de 1995, se deram nos dois meses em que o salário mínimo foi reajustado. Note-se que estas correlações mencionadas entre pobreza e salário mínimo são também observadas em medidas de desigualdade de renda *per capita* como apresentadas no Gráfico 6.

A nossa conjectura básica é que a análise pura e simples dos efeitos da queda abrupta da taxa de inflação proporcionada pelo Plano Real não é suficiente para explicar o deslocamento e a dinâmica dos diversos indicadores sociais. Obviamente, a extração de qualquer relação de causalidade entre aumentos do salário mínimo e melhoras nos indicadores sociais nos episódios relatados nesta seção requer um esforço adicional de pesquisa substantivo.



7 - CONCLUSÕES

Este artigo avaliou as mudanças recentes ocorridas no nível de renda, na desigualdade e na pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro. A análise empírica centrou-se no conceito de renda familiar *per capita* do trabalho por incorporar e sintetizar uma série de elementos como desemprego e grau de precariedade das relações de trabalho vigentes na economia.

A análise revelou que a queda nos indicadores de pobreza e de desigualdade cariocas durante os últimos cinco anos foi superior à observada no caso brasileiro como um todo, em particular, enquanto a queda de desigualdade a partir de 1994 para o conjunto das principais regiões metropolitanas não foi suficiente para recuperar o nível atingido em 1993. No caso carioca, a queda observada foi suficiente para levar a desigualdade aos níveis mais baixos em relação à série histórica de médias anuais. O grau de desigualdade de renda domiciliar carioca, que historicamente superava o das demais regiões, hoje se encontra em níveis mais baixos.

A análise empírica mais detalhada demonstra que uma significativa parcela da queda da pobreza e da desigualdade observada após o lançamento do Plano Real foi contemporânea ao reajuste de 42,9% concedido ao salário mínimo em maio de 1995. Mais especificamente, observamos uma sensibilidade da pobreza e da desigualdade cariocas em relação ao salário mínimo nacional bem acima da média das demais regiões metropolitanas.

A análise, no entanto, não se propôs a identificar se o melhor desempenho relativo da região metropolitana do Rio de Janeiro em relação às demais regiões deveu-se às iniciativas pública e privada em nível local ou à melhor capacidade desta região de processar choques em nível agregado como o aumento do salário mínimo nacional ou o próprio lançamento do Plano Real.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, R. P. de, NERI, M. C., MENDONÇA, R. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada. *A Economia Brasileira em Perspectiva — 1996*. Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, 1996, 2 v.
- . *The duration of poverty spells in Brazil*. IPEA, 1993 (Série Seminários de Estudos Sociais e do Trabalho, 25).
- . *Uma análise do conceito de renda do trabalho na PNAD*. IPEA, 1994, mimeo.
- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas — 1960/90. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, v. 25, n. 1, abr. 1995.
- CARD, D. E., KRUEGER, A. *Myth and measurement: the new economics of the minimum wage*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- CARDOSO, E. *Inflation and poverty*. National Bureau of Economic Research, 1992 (Working Paper, 4.006).
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. Class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, 1984.
- NERI, M. O imposto inflacionário e o poder de compra das unidades familiares: um modelo aplicado aos Planos Cruzado e Verão. *Revista Brasileira de Economia*, v. 44, n. 4, abr. 1990a.
- . *Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-Cruzado*. Rio de Janeiro: BNDES, 1990b.
- . Sobre a mensuração dos salários reais em alta inflação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, v. 25, n. 3, abr. 1995.
- RAMOS, L., REIS, J. Quem ganha um salário mínimo no Brasil? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, v. 25, n. 2, abr. 1995.
- ROCHA, S. *Poverty lines for Brazil: new estimates from recent empirical evidence*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, jan. 1993, mimeo.
- . *O impacto do Plano Real sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: IPEA/ DIPES, maio 1996, mimeo.
- SHORROCKS, A. Ranking income distributions. *Economica*, Londres, v. 50, 1983.